

RAIO X - RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira



Outubro de 2024

Mês de Referência: Setembro de 2024

Resultado Fiscal do Governo Central (Ótica Financeira)

Itens de análise	R\$ bilhões				
	LOA	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
1. RECEITA LÍQUIDA	2.192,0	2.175,2	2.181,5	2.168,3	2.172,6
2. DESPESAS	2.182,9	2.184,5	2.209,0	2.229,6	2.241,5
Benefícios Previdenciários	908,7	914,2	917,8	923,1	931,4
Pessoal e Encargos Sociais	379,2	374,6	372,8	373,8	373,2
Outras Desp. Obrigatórias	327,2	332,0	350,1	372,8	378,9
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	21,2	20,6	20,5	20,6	20,7
Discricionárias do Executivo	208,9	204,4	208,8	211,6	211,6
(-) Cancelamento projetado para atendimento do Limite de Despesas ¹	-	-	-	-11,2	-13,3
Discricionárias do Executivo líquidas do cancelamento projetado	208,9	204,4	208,8	200,4	198,4
3. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (1-2)	9,1	-9,3	-27,5	-61,4	-68,8
4. Despesas não computadas no Resultado para fins de Meta (Calamidade RS, Emergência Climática e MPV 1238/2024)	0,0	0,0	13,0	28,8	40,5
5. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL para fins de Meta (3+4)	9,1	-9,3	-14,5	-32,6	-28,3
6. Meta LDO (Piso Inferior)	-28,8	-28,8	-28,8	-28,8	-28,8
7. Espaço frente ao Piso da Meta (5-6)	37,8	19,4	14,3	-3,8	0,4

Calamidade Rio Grande do Sul – R\$ 38,7 bilhões

MPV nº 1238/2024 (Judiciário) – R\$ 1,3 bilhão

Emergência Climática – R\$ 0,5 bilhão

1. Considera-se o efeito dos bloqueios (futuros cancelamentos) para fins de cumprimento do limite da despesa primária.

Limite de Despesa Primária (LC 200/2023)

Limites de Despesa	R\$ bilhões				
	LOA ⁽¹⁾	1º Bim. ⁽²⁾	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
Limite de Despesa Primária	2.088,6	2.089,4	2.105,2	2.105,2	2.105,2
Despesas sujeitas ao limite	2.087,5	2.092,3	2.102,8	2.116,4	2.118,5
Espaço frente ao Limite (necessidade de bloqueio, se negativo)	1,2	-2,9	2,5	-11,2	-13,3
Limite do Poder Executivo	1.978,9	2.007,7	2.007,7	2.023,6	2.023,6

1. Inclui aumento de limite de R\$ 28,0 bilhões (art. 4º, §§ 1º e 2º, da LC 200/2023).

2. Inclui aumento de limite de R\$ 15,8 bilhões (art. 14, da LC 200/2023).

Quando negativo, indica a necessidade de contingenciamento (limitação de empenho e movimentação financeira) nos termos do art. 9º da LRF e art. 5º, § 3º, da LC 200/2023.

Contenção Total (Bloqueio + Contingenciamento)

Componentes de Contenção	R\$ bilhões				
	LOA	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
1. Necessidade de bloqueio	0,0	2,9	0,0	11,2	13,3
2. Necessidade de contingenciamento	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0
3. Contenção total (1 + 2)		2,9	0,0	15,0	13,3

RAIO X - RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

Outubro de 2024

Mês de Referência: Setembro de 2024

Consultoria de Orçamento
e Fiscalização Financeira



Parâmetros

	LOA	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
PIB real (%)	2,2	2,2	2,5	2,5	3,2
PIB Nominal (R\$ bilhões)	11.368,0	11.541,7	11.572,2	11.521,7	11.618,4
Receita Corrente Líquida - RCL (R\$ bilhões) ¹	1.454,4	1.443,8	1.439,2	1.428,0	1.433,8

1. Os valores projetados da RCL constam do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Detalhamento do Bloqueio por RP¹

R\$ bilhões

Discrecionárias passíveis de bloqueio ²	Dotação	Bloqueio	% da Dotação	% do Bloqueio
RP 2 (não PAC)	108,0	8,6	8,0%	64,9%
RP 3 (PAC)	54,2	3,7	6,8%	27,7%
RP 8 (emendas de comissão)	15,5	1,0	6,3%	7,4%
Total	177,8	13,3	7,5%	100,0%

1. RP – Identificador de Resultado Primário.

2. Emendas impositivas (individuais e de bancada) não são passíveis de bloqueio, conforme disposto no art. 69, §§ 2º e 4º, da Lei nº 14.791/2023 (LDO 2024).

Faseamento¹

R\$ bilhões

1. Autorizado despesas discrecionárias	211,6
2. Cancelamentos projetados até 31/12/2024	13,3
3. Dotação líquida de cancelamentos projetados (1-2)	198,4
4. Limite para empenho até novembro	177,7
5. Valor indisponível para empenho ² (3-4)	20,7

1. Trata-se da programação orçamentária e financeira prevista no art. 8º da LRF e art. 70 da LDO 2024. Os valores de 2024 constam do Anexo I do Decreto nº 11.927, de 22/02/2024, atualizado pelo Decreto nº 12.204, de 30/9/2024.

2. Apenas até novembro, uma vez que não há contingenciamento até dezembro.

Pisos Constitucionais

R\$ bilhões

	LOA	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.
Receita Corrente Líquida - RCL	1.454,4	1.443,8	1.439,2	1.428,0	1.433,8
Mínimo da Saúde (15% da RCL)	218,2	216,6	215,9	214,2	215,1
Receita Líquida de Impostos - RLI	600,8	585,3	591,0	601,7	597,5
Mínimo da Educação (18% da RLI)	108,1	105,4	106,4	108,3	107,5

Fontes:

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias>

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias>

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorios-de-avaliacao-fiscal>

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais: Dayson de Almeida (coordenador), Paulo Bijos, Marcia Rodrigues Moura, Paulo Henrique Oliveira, Ricardo Alberto Volpe, Arthur Falcão Freire Kronenberger

Colaboração: Vinicius Oliveira Ribeiro

Diretor CONOF: Bruno Alves Rocha

Consultor-Geral: Wagner Primo

Diretor-Geral: Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa: Lucas Ribeiro Almeida Júnior